

Indústria, a saída

Em debate promovido pelo Jornal de Brasília, lideranças empresariais e políticas discutiram quais as alternativas que restam à cidade para contornar o iminente corte dos repasses da União para o Distrito Federal. Embora reconhecendo que hoje é muito grave a crise brasileira, com as indústrias do País trabalhando em média com 60% de sua capacidade, todos foram unânimes em considerar a industrialização como a saída mais consistente.

Quando do anúncio dos cortes, que devem começar por 10% no próximo ano, todas as lideranças políticas e empresariais da cidade, representadas pelo governador Joaquim Roriz, solicitaram ao presidente Fernando Collor o reestudo do assunto. A redução de recursos prevista para 1992 será da ordem de 20% da arrecadação total de Brasília. A questão está sendo reavaliada no Ministério da Economia.

Enquanto isso, a cidade procura alternativas. A principal delas, no entender da maioria dos entrevistados, reside no desenvolvimento, a curto prazo, de um intenso processo de industrialização. Este programa deve levar em conta toda a região geoeconômica e não apenas a capital federal. Além disso, o Proin (Programa de Industrialização do DF), idealizado em 1986, precisa ser revisto urgentemente, em especial porque os incentivos dados aos industriais que se instalaram no Estado de Goiás são mais atraentes que os concedidos a quem vem para Brasília.

De qualquer forma, este processo de-

manda tempo. E isso fornece o principal argumento aos brasilienses no seu pleito da revisão dos cortes. A cidade não pode mudar seu perfil econômico de um momento para o outro. Não pode passar de cidade administrativa a pólo industrial com um simples toque de mágica.

Durante o debate, publicado na edição de domingo, várias outras iniciativas que podem amenizar o impacto dos cortes na vida da cidade foram analisadas. Entre elas, ressalta a necessidade de o Governo do Distrito Federal rationalizar os seus gastos e aumentar a eficiência dos seus organismos, seguindo tendência que se observa no Governo Federal.

Também é muito importante que o cidadão brasiliense funcione como um fiscal da administração, a fim de reduzir a sonegação, que hoje atinge níveis muito elevados. Desde cedo, nas escolas, o brasiliense deveria ser educado no sentido de que a nota fiscal precisa ser exigida em qualquer operação mercantil.

Discutiu-se ainda a necessidade de trazer de volta à legalidade um número muito grande de empresas brasilienses que, para fugir dos impostos, se abrigou na informalidade. A cidade perde muitos recursos desta forma.

Brasília já se prepara para buscar, depois da autonomia administrativa, a sua autonomia financeira. Este é um longo caminho a ser percorrido porque durante trinta anos a cidade foi mantida apenas como centro administrativo. No futuro, só a industrialização pode dar suporte econômico ao crescimento da cidade.